



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA ADJUNTA E
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Presidente da Assembleia da República
Dra. Maria José Ribeiro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 1550 ENT.: PROC. Nº:	21/11/2022

ASSUNTO: Resposta à Pergunta n.º 781/XV/1.ª, apresentada pelos Senhores Deputados Pedro Filipe Soares e José Moura Soeiro do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (BE), sobre *Exploração e condições de acolhimento dos migrantes timorenses em Portugal*

Em resposta à Pergunta n.º 781/XV/1.ª, de 20 de outubro, apresentada pelos Senhores Deputados Pedro Filipe Soares e José Moura Soeiro do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (BE), com o seguinte teor:

1. A 30 de Setembro de 2022, a Ministra dos Assuntos Parlamentares afirmava que “do que se conhece não há auxílio à imigração ilegal, não há exploração ou tráfico de seres humanos”. Perante a informação tornada pública nas últimas semanas, está o Governo em condições de manter esta garantia?
2. Estes cidadãos timorenses são vítimas da exploração e do abuso, mas também da insuficiência de respostas públicas para as situações de precariedade extrema. A Ministra dos Assuntos Parlamentares anunciou, a 30 de Setembro, que tinha sido constituído um grupo de trabalho interministerial para responder a este problema. Que ações tomou esse grupo de trabalho para garantir que situações como as relatadas são resolvidas no curto prazo?
3. Só é possível combater a exploração destes imigrantes com a resolução das condições estruturais que a permitem. Não considera o Governo que este é o momento para avançar com a responsabilização direta de toda a cadeia de exploração, assim como retomar a proposta inicial



da Agenda para o Trabalho Digno que garantia o registo diário dos trabalhadores na agricultura e construção?

4. Aos problemas de abuso e exploração, soma-se outro: grande parte destes migrantes, alguns dos quais muitos jovens, não fala outra língua que não o tétum timorense. O acesso à língua portuguesa constitui, por isso, um elemento fundamental para o processo de integração destes migrantes. Que diligências tomou o governo para que estes imigrantes possam aprender a língua portuguesa? Quantos imigrantes foram abrangidos por essas ações?

Encarrega-me a Senhora Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares de transmitir o seguinte:

Sobre as questões que se referem a matérias de competência desta área governativa, cumpre informar que o Governo tem acompanhado desde o verão o fluxo de cidadãos timorenses para o território nacional, procurando identificar e acompanhar situações de especial vulnerabilidade.

Para este efeito foi constituído um grupo de trabalho interministerial (GT) com o objetivo de enquadrar os cidadãos timorenses em situação de maior vulnerabilidade nas respostas nacionais já existentes em matéria de acolhimento e integração, bem como garantir um acompanhamento do fluxo migratório desde o país de origem. Este GT é constituído pelas áreas governativas da Igualdade e Migrações, Negócios Estrangeiros, Administração Interna, Saúde, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Habitação, Agricultura, Economia, Finanças, Justiça e Coesão Territorial. Participam ainda as seguintes entidades: Alto Comissariado para as Migrações (ACM), Instituto da Segurança Social (ISS), Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Polícia de Segurança Pública (PSP), Guarda Nacional Republicana (GNR), Oficial de Ligação do MAI em Timor-Leste, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH), Autoridade Tributária (AT), Instituto dos Registos e Notariado (IRN), Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e Polícia Judiciária (PJ). Do trabalho em desenvolvimento podem destacar-se algumas das principais ações realizadas.

No âmbito da articulação com o país de origem, tendo em vista coordenar uma resposta de governação positiva deste fluxo migratório, destaca-se a cooperação com as autoridades timorenses, não apenas nos contactos e aproximação junto da Embaixada de Timor-Leste em Portugal, como também junto dos serviços de migração de Timor-Leste, no âmbito da sensibilização dos cidadãos que desejem emigrar para Portugal, relativamente às condições de acolhimento e integração, bem como os riscos associados às situações de auxílio à imigração ilegal ou de tráfico de seres humanos. Sobre esta dimensão assinala-se



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA ADJUNTA E
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

igualmente o destacamento de inspetores do SEF para Timor-Leste, tendo em vista apoiar os cidadãos na origem, e que querendo viajar para Portugal, o possam fazer em segurança, em articulação com as autoridades timorenses, que reforçaram o seu controlo fronteiriço.

No que se relaciona com a intervenção de emergência e a integração socioprofissional, foram desde logo mobilizadas equipas locais multidisciplinares para acompanhar e reduzir situações de vulnerabilidade. O ACM tem estado a acompanhar esta realidade através da Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes, nomeadamente pelos Centros Nacionais e Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM e CLAIM respetivamente) e pelo Serviço de Tradução Telefónica, bem como a articular respostas territoriais coordenadas com várias entidades, designadamente as que integram o GT, os municípios e a Embaixada de Timor-Leste em Portugal. As respostas territoriais ativadas vão desde a prestação de informação sobre direitos, transferência para alojamento digno, apoio alimentar, apoio na obtenção de documentos identificativos ou encaminhamento para ofertas de trabalho.

Este trabalho conjunto e articulado já permitiu o realojamento de 694 pessoas, das quais 374 ainda permanecem em acolhimento temporário, providenciado por entidades públicas em cooperação com autarquias locais e o terceiro setor, dispersas pelo país. Foi igualmente possível integrar 192 pessoas no mercado de trabalho, através da realização de entrevistas e caracterização socioprofissional de todos os cidadãos acolhidos e posterior *match*, atendendo às carências de mão de obra no mercado nacional. Nas unidades de acolhimento temporário foram desenvolvidas iniciativas de informação, sensibilização e formação, que envolveram já mais de 260 cidadãos timorenses em mais de 20 horas de formação, nas áreas da procura ativa de emprego, do acesso à nacionalidade, dos direitos e deveres dos cidadãos e trabalhadores migrantes, do retorno voluntário, entre outras. Acrescem ainda as 17 ações de fomento da aprendizagem da língua portuguesa que ocorreram e estão a ocorrer em 15 concelhos, das quais 13 referentes a cursos Português Língua de Acolhimento, enquanto dimensão fundamental para a integração profissional, e que abrangeram 226 cidadãos timorenses.

No que respeita às ações de fiscalização e investigação, foram estabelecidos pontos focais com as autoridades timorenses para fomentar a cooperação no âmbito das investigações em curso, tanto em Timor-Leste como relativamente às 14 investigações em curso relativas aos crimes de auxílio à imigração ilegal, tráfico de seres humanos e angariação de mão de obra ilegal, às quais acrescem as ações inspetivas que a ACT tem realizado e que abrangem igualmente cidadãos timorenses.

O Governo que tem acompanhado a evolução da situação, notando que factos novos vieram entretanto apontar para a existência de situações de tráfico continua empenhado em assegurar resposta às situações de vulnerabilidade em que alguns cidadãos timorenses foram identificados, procurando potenciar fluxos



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA ADJUNTA E
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

ordenados e regulares desde o país de origem, considerando-se por isso essencial a articulação com Timor-Leste, para assegurar que os cidadãos que desejem construir projetos de vida em Portugal, o possam fazer em segurança e que em território nacional possam aceder a medidas ativas de integração, como pilar fundamental para a coesão social.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

João Bezerra da Silva